



Câmara dos Deputados
Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 2015

Veda o contingenciamento de despesas destinadas à saúde e à educação.

Autor: Deputado RONALDO CARLETTO

Relator: Deputado FERNANDO MONTEIRO

I - RELATÓRIO

O Projeto em exame tem por objetivo alterar a Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para vedar o contingenciamento de despesas destinadas à saúde e à educação. Com esse propósito, altera a redação do § 2º do art. 9º da LRF, incluindo entre as despesas não passíveis de limitação as relativas à saúde e à educação.

Em sua Justificação, o Autor alega que a saúde e a educação são as duas áreas de atuação primordiais do Estado, e já vêm sofrendo cortes com o ajuste das contas públicas.

Ademais, assinala que, apesar de a lei de diretrizes orçamentárias poder especificar, a cada exercício, as despesas que não podem ser contingenciadas, sua anualidade limita a desejada eficácia da norma, impondo-se, desse modo, a opção pela alteração na própria lei complementar.

A matéria, com prioridade no regime de tramitação, está sujeita à apreciação do Plenário. Esta Comissão deverá pronunciar-se sobre os aspectos de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, e do mérito. Posteriormente, será feito o encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Câmara dos Deputados

Comissão de Finanças e Tributação

II - VOTO DO RELATOR

A matéria, como assinalado, no âmbito desta Comissão, está sujeita ao exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, além do mérito.

Nos termos do art. 32, X, "h", c/c o art. 53, II, ambos do Regimento Interno desta Casa, e conforme a Norma Interna desta Comissão aprovada em 29 de maio de 1996, que "Estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira", cabe a este Colegiado, além de pronunciamento quanto ao mérito, realizar o exame de adequação orçamentária e financeira e verificar a compatibilidade com as leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e orçamentária anual e outras normas pertinentes a eles e à receita e despesa públicas.

Do ponto de vista da adequação orçamentária e financeira, o Projeto altera a própria norma complementar, materialmente distinta e superior às leis ordinárias do ciclo orçamentário - plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

Pretende-se ressaltar do contingenciamento as despesas com saúde e educação. Circunscreve-se, portanto, o assunto ao campo da disciplina e dos procedimentos a serem observados na execução do orçamento. Ainda que traga dificuldades operacionais, obrigando-se a administração a promover maior contingenciamento nas demais áreas de governo, não tem o condão de, por si só, aumentar a despesa pública. De acordo com a atual legislação fiscal, mantidos os resultados fiscais, a mudança da regra do contingenciamento fará com que as demais despesas tenham que sofrer redução compensatória em mesmo montante, mantendo-se inalterada a despesa primária total.

Por essa razão, o Projeto deve ser considerado como sem implicação orçamentária e financeira.



Câmara dos Deputados
Comissão de Finanças e Tributação

Quanto ao mérito, é inegável que o caráter de prioridade e essencialidade das ações em saúde e educação recomenda a sua intangibilidade, mesmo nas atuais circunstâncias, de tantas restrições orçamentárias. A chamada PEC do Teto não deixa margem para flexibilização, levando a uma compensação obrigatória das despesas entre as diversas funções de governo, dada a existência de um limite global rígido para o conjunto das despesas.

Em vista do exposto, somos pela não implicação orçamentária e financeira da matéria, não cabendo, assim, pronunciamento a esse respeito, e, no mérito, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 214, de 2015.

Sala da Comissão, em 11 de outubro de 2017.

Deputado FERNANDO MONTEIRO
Relator